

### **Resumo**

Quais são os resultados do "progresso" para a população de um determinado lugar quando este é escolhido pelo "Deus do Capital" para ser uma "zona de sacrifício"? É a pergunta que invade as preocupações na Ilha da Madeira, bairro na baía de Sepetiba/RJ e foi documentada no registro fílmico "Território de Sacrifício ao Deus do Capital – o caso da Ilha da Madeira". Por seus depoimentos morador-pescadores constroem um significado para "crescimento econômico", recordam cenários antigos e posteriormente desenhados com a chegada da Mercantil Ingá em 1959, produtora de zinco que após falir deixa como legado uma montanha de milhões de toneladas em metais pesados. Na contemporaneidade os ecos locais expressam novos medos e angústias diante das mudanças atreladas ao Programa de Aceleração do Crescimento e construção do Arco Rodoviário, que determinou a chegada da base e estaleiro para construção de Submarinos Nucleares, ampliação e instalação do complexo portuário-industrial, e marcam a ilha com um "X". Além da reconfiguração funcional da baía e seu entorno, as obras ameaçam o arranjo socioambiental, registros tradicionais e impulsiona a questionar: Existe preço para a vida, quem ganha e, quem perde com a chegada desse tipo de progresso?

**Palavras-chave:** Planejamento, Ambiente, Injustiça, Economia e Documentário.

### **Introdução**

Para Lucien Febvre "cada época fabrica mentalmente sua representação do passado histórico. Sua Roma, sua Atenas, sua Idade Média e sua Renascença". Nossa compreensão do processo histórico se revela por veios, fios condutores e elãs que induzem a vieses, desvios e interpretações, despertando sensibilidades, sugerindo formas e convidando a projeção de versões. Em referencia ao fundador de *Annales*, Jacques Le Goff, define a função da ciência histórica na, e, para a sociedade como:

"A interação entre passado e presente é aquilo a que se chamou a função social do passado ou da história. Também Lucien Febvre (1949): 'A história recolhe sistematicamente, classificando e agrupando os fatos passados, em função das suas necessidades atuais. É em função da vida que ela interroga a morte. Organizar o passado em função do presente: assim se poderia definir a função social da história.'" (Le Goff, 2003)

Em março de 2009 participamos da pesquisa: "A construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos entre atores envolvidos em conflitos sócio-ambientais –

o caso do passivo ambiental da Companhia Mercantil e Industrial Ingá”<sup>1</sup>, na ocasião fomos apresentados a Ilha da Madeira. Bairro em Itaguaí no do Rio de Janeiro, situado na região litorânea e ecossistema da Baía de Sepetiba, composto por diferentes tipos de vegetação, bioma da Mata Atlântica, restingas e mangues remanescentes. As principais atividades desenvolvidas no lugar e que lhe conferia identidade respondia pela pesca artesanal e a oferta de serviços turísticos.

A pesquisa conduzia aproximações a Associação de Pescadores e Lavradores da Ilha da Madeira (APLIM) e Associação de Pescadores Artesanais da Ilha da Madeira (APAIM), para: a) conhecer os interesses, preocupações e percepções da sociedade sobre o caso do passivo ambiental, e suas implicações na qualidade de vida e saúde; b) formular metodologia de cenários exploratórios e prospectivos, em conjunto com atores sociais atingidos por passivos ambientais; c) avaliar o processo de formulação de cenário, não apenas como produto, mas como meio de ensino-aprendizagem colaborativa; d) avaliar o (s) cenário (s) formulados como quadro de síntese e prospectiva do que se quer alcançar como meta de qualidade de vida e situação de saúde, diante das obras de remediação propostas para o passivo e futuros impactos ambientais associados ao Plano de Aceleração do Crescimento, como o arco rodoviário e a ampliação do Porto de Sepetiba; e) avaliar a qualidade do (s) cenários e sua viabilidade como instrumento de ação política para subsidiar a capacidade de negociação dos atores denunciante/vítimas do passivo ambiental, nos fóruns decisórios envolvendo as futuras intervenções na área da Companhia Mercantil e Industrial Ingá, assim como a Ação Civil Pública ajuizada no Ministério Público Estadual e Federal. No objetivo de promover a construção compartilhada de cenários exploratórios e prospectivos possíveis e desejáveis, úteis como instrumento de gestão estratégica local, em fóruns decisórios e de negociação, que envolvem o conflito ambiental. Com vistas a fortalecer o protagonismo das principais entidades civis atingidas pelo passivo, tais como as associações de pescadores e moradores dependentes direta e indiretamente da capacidade suporte daquele ecossistema.

Durante o contato percebemos cicatrizes cunhadas pela deposição de aproximados três milhões de toneladas de metais pesados<sup>2</sup>, herança da Companhia Mercantil e Industrial Ingá, que se instalara no bairro entre 1959 e 1988. O passivo é apontado por ambientalistas, pesquisadores e pela população responsável pela classificação

---

<sup>1</sup> Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz).

<sup>2</sup> A montanha ao centro da lagoa de contenção continha rejeitos classificados como Classe 1 pelo CONAMA, como óxido de ferro, zinco, cádmio, magnésio, chumbo e arsênio.

como “Zona de Sacrifício”<sup>3</sup>. Por esta particularidade, nos últimos anos o pequeno núcleo converteu-se em alvo de cobiça da parceria público-privada que o define azado a receber atividades portuárias e industriais.



Figura 1- Passivo Ingá/Usiminas 2009 - Foto Marcelo Horn - Eco Debate<sup>4</sup>

Estas marcas acometeram a proposta cunhada por Reinhart (Kosseleck, 2006) “... quem busca encontrar o cotidiano do tempo histórico deve contemplar as rugas no rosto de um homem, ou então as cicatrizes nas quais se delineiam as marcas de um destino já vivido”. E da origem a expiações em como a parceria publico e privado tem processado e conduzido a instalação dos novos empreendimentos e induz a pergunta: Por tais práticas, será viável a permanência de atividades tradicionais como a pesca e o turismo?

Ao observar no comportamento adotado indícios de algo que soa diametralmente oposto ao esperado do poder consignado como público achamos improvável. Ao se consorciar com a iniciativa privada o “poder público” em nome do projeto econômico e político, visivelmente abandonou a mediação para estimular ações impossíveis de serem percebidas como sustentáveis. Na defesa de interesses do capital a representação do poder promove algo que chamamos de conflito, mas devido à imensa desproporção de forças entre os atores envolvidos e desmontagem de estruturas combativas temos duvidas em como denominar.

<sup>3</sup> Expressão do movimento de Justiça Ambiental que designa localidades onde se observa a superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais.

<sup>4</sup> Disponível em: <http://www.ecodebate.com.br/2009/06/05/rj-inicia-a-descontaminacao-do-terreno-da-companhia-inga-mercantil-um-dos-maiores-passivos-ambientais-do-estado/>. [Consult. 12 outubro 2012].

Durante as visitas, apreendemos a leniência na subtração da fauna, da flora residual e procedimentos de aterros sobre o manguezal. Intensificadas pela emergência logística portuária e industrial. Neste processo de readequação, opera-se o desajuste do tradicional arranjo social, econômico e cultural materializado na criação de “áreas de exclusão”. Além de impedir as atividades habituais, o cerco, pode inclusive levar a dispersão na busca pela subsistência, arrefecendo vínculos de solidariedade e signos de pertencimento. Noutra perspectiva, ainda mais pessimista, a redução das atividades tradicionais, impostas pela edificação de muros simbólicos e concretos limita a circulação na baía, esgarça o tecido social e pode originar a uma espécie de indigência<sup>5</sup>.



Figura 2- Ilha da Madeira 2009 – acervo do Projeto

Explicamos, por serem as principais atividades de subsistência e a grande maioria das pessoas envolvidas nestas praticas, se definem como provedores da família e baixo nível de escolaridade, mesmo aqueles que não assumem como pescadores, atuam em atividades correlatas, tememos que para além da desintegração do núcleo social, possam sofrer uma espécie de “banzo” e engrossem estatísticas como excluídos e desassistidos. Por exemplo, ao perguntar sobre as condições da pesca e expectativas em relação às oportunidades de emprego com a chegada dos grandes empreendimentos, um deles pronunciou: “O pescador é igual ao peixe, quando tira da água ele morre”.

Propomos resumidamente contar como em meio ao projeto, surgiu: “Território de Sacrifício ao Deus do Capital – O caso da Ilha da Madeira”. Produzido em forma de documentário entre 2009/2010, ao percebermos no cenário, mais significados, experiências e expectativas, que prevíamos. O protagonista do registro é o “território” na formulação de Milton Santos, (Seabra et al.,2000), um lugar que compreende indivíduos e confere territorialidade, se torna *locus* da ciência e da arte. Atentamos para a circularidade do

---

<sup>5</sup> Do latim *indigentia*, a falta de meios para satisfazer as necessidades básicas.

“conflito” e permanência do discurso vertical, refratário e panfletário, que com base no crescimento econômico desconsidera a tradição.

Este esforço pretende apresentar a capacidade de interferência, no arranjo socioeconômico, na cultura e no meio ambiente. Para tanto, debruça na análise socioambiental, temática “problema” que ultrapassa os domínios dos grandes centros urbanos contemporâneos e contribui para investigar, por quais motivos incômodos da sociedade não se convertem, a não ser no plano do discurso, em compromissos das políticas públicas. Bem como, detectar no silêncio programado, ações efetivas e estratégicas na linha de prioridades definidas em “O Capital”:

[...] a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de utilizar o trabalho das mulheres e das crianças. Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e idade, sob o domínio direto do capital. O trabalho obrigatório para o capital tomou o lugar dos folguedos infantis e do trabalho livre realizado, em casa, para a própria família, dentro dos limites estabelecidos pelos costumes. (Marx, 1987)

Ponderar a sociedade inscrita na cultura do consumo e no projeto político-econômico neoliberal, que se apropria da ciência e converte “desenvolvimento sustentável” em “sustentabilidade” para avaliar suas manobras. Também pensar a transição para o fetiche da subjetividade, quando a mercadoria potencializada percorre o caminho contrário ao da reificação, assume personalidade e uma espécie de humanização. Desta forma, opera na subjetivação da sociedade e pelo ato de comprar e vender símbolos constrói identidades tolerantes à lógica da precificação, inclusive dos recursos intangíveis, na forma de compensações. A Governança ao abraçar tais conceitos, permite que os problemas socioambientais passem a ser tratados dentro da ideologia sob a corrente do ambientalismo, que Martinez-Alier (Freitas et al., 2006) denomina “evangelho da ecoeficiência”.

Percebemos no lugar onde vive a comunidade tradicional de pescadores artesanais, após receber o selo de “Zona de Sacrifício” se transformar em alvo estratégico. Mais tarde, o Zoneamento Ecológico-Econômico do Rio de Janeiro (ZEE/RJ-2007), habilitou a receber o complexo industrial-portuário, Usiminas/Ingá, do Porto Sudeste LLX/MMX-EBX e Programa de desenvolvimento de Submarinos Nucleares (Prosub-EBN), sustentados pelo

tripé: solução para o passivo ambiental; fonte de desenvolvimento da região; defesa de interesses e segurança nacional.

### **A questão motriz**

Ao caminhar pelas ruas do Rio de Janeiro, com incomodo assistimos a multiplicação processual dos despossuídos. São pessoas, distanciadas do direito a cidade, a moradia e a referências mínimas de identidade e pertencimento. Abrigam-se em calçadas, marquises e praças, e nestes espaços constroem os seus territórios, atribuindo uma forma não reconhecida de territorialidade. Mas como destacou Milton Santos (1997), “Estudar uma região significa penetrar num mar de relações, formas, funções, organizações, estruturas, etc. com seus mais distintos níveis de contradição”. Consideradas desconectadas, são ignorados, no entanto, acreditamos que ao flutuar pelos vários territórios reproduzem territorialidades “efêmeras”.

A postura de descaso da governança, aqui entendida como padrão de articulação e cooperação entre atores políticos e sociais, ante ao fenômeno, possivelmente reflete relações que resultaram em processos de desterritorialização e desenraizamento. É neste sentido em que deslocamos o olhar para a Ilha da Madeira, um espaço pressionado pelo desejo de “desenvolvimento”, em um processo de submissão e desestabilização, que estimula uma nova tradução e compreensão do território. O processo de reconfiguração introduz mecanismos na produção de impactos e provoca o desequilíbrio no ecossistema fragilizado, e por sua limitada capacidade de suporte, relação de causa e efeito, a cada investida no objetivo de congregar a estrutura produtiva fica mais debilitado.

A operação compromete fontes, mananciais e o estuário, expulsa a população de viveres, pilares das atividades de subsistência da Ilha, que assiste a detonação de seus estoques renováveis. A introdução de equipamentos pesados, populações flutuantes e a utilização de materiais explosivos, imprimem um expediente que remodela o cotidiano, amplifica a emissão de poluentes e produz incertezas.

Neste processo reconfigurador, observa-se a pulverização da territorialidade, próximo ao enredo das ruas cariocas. Também podemos arrazoar o papel exercido pela governança, com respaldo do aderente discurso desenvolvimentista “geração de emprego e renda”, transformam passivos e ativos em numerários e mercadorias, enquanto esvazia do debate valores que transpassa a lógica de precificação. A estruturação se legitima por capturar os problemas socioambientais, mas deixar de formular respostas e prever a absorção ao mundo ideal. Ou seja, a ausência de dispositivos contingenciais e supressão do

compromisso em preservar mínimos qualitativos e quantitativos, mantenedores tanto das atividades como da coesão social.

No caso da Ilha da Madeira, as demandas da pesca artesanal e do turismo ecológico, formalmente previstas no plano do discurso são preteridas. E, o consórcio público-privado, “democraticamente” constrói regulações, apropria-se do espaço, das paisagens, e das bases produtivas. Desta forma modela identidades distanciadas da prerrogativa de justiça ao sobrepor à noção de territorialidade:

“o sentido da palavra *territorialidade* como sinônimo de *pertencer àquilo que nos pertence...* esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa idéia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos é privilégio do homem.” (Santos, 2001)

As manobras em curso, mesmo referendadas pelos Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental, parece não dar conta das necessidades locais, contrariando os princípios do desenvolvimento. Desta forma, o bairro assiste a um tipo de crescimento negligente, que ceifa expectativas e anuncia a “exclusão”.

Despreza a noção de “território”, como extensão de terra que forma uma circunscrição política, ou pertence a uma organização institucional, enquanto confere a idéia de ser apropriada por um grupo de indivíduos, para realizar qualquer atividade. Muito mais conectada a pertinência da localidade, encontra-se a necessidade de intervir, sem a perspectiva analítica das relações entre a localização e distribuição institucional do espaço. Com isto, nega a expressão de poder, na sua forma tradicional de “poder político”, e impõe a dominação no sentido simbólico de apropriação. Lefebvre distingue apropriação de dominação (“possessão”, “propriedade”), o primeiro como um processo simbólico, carregado do “vivido”, projetado ao valor de uso, enquanto o segundo é concreto, funcional e vinculado ao valor de troca, como segue:

“O uso reaparece em acentuado conflito com a troca no espaço, pois ele implica “apropriação” e não “propriedade”. Ora, a própria apropriação implica tempo e tempos, um ritmo ou ritmos, símbolos e uma prática. Tanto mais o espaço é funcionalizado, tanto mais ele é dominado pelos “agentes”

que o manipulam tornando-o unifuncional, menos ele se presta à apropriação. Por quê? Porque ele se coloca fora do tempo vivido, aquele dos usuários, tempo diverso e complexo.” (Lefebvre, 1986)

Tão logo conhecemos a Ilha da Madeira, observamos atmosferas de tensão, dúvidas e questionamentos. Também minadas a resiliência social, ambiental e o pertencimento, pelo alto grau de exposição e exigência do “estratégico” projeto político-econômico. Ao não oferecer “estratégias” de arazoar o desenvolvimento com Justiça Ambiental surge a “antípoda” injustiça.

“A injustiça ambiental que caracteriza o modelo de desenvolvimento dominante no Brasil foi o foco das discussões. Além das incertezas do desemprego, da desproteção social, da precarização do trabalho, a maioria da população brasileira encontra-se hoje exposta a fortes riscos ambientais, seja nos locais de trabalho, de moradia ou no ambiente em que circula. [...] Os grupos sociais de menor renda, em geral, são os que têm menor acesso ao ar puro, à água potável, ao saneamento básico e à segurança fundiária. As dinâmicas econômicas geram um processo de exclusão territorial e social, que nas cidades leva a periferização de grande massa de trabalhadores e no campo, por falta de expectativa em obter melhores condições de vida, leva ao êxodo para os grandes centros urbanos. As populações tradicionais de extrativistas e pequenos produtores, que vivem nas regiões da fronteira de expansão das atividades capitalistas, sofrem as pressões do deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e trabalho, perdendo o acesso à terra, às matas e aos rios, sendo expulsas por grandes projetos hidrelétricos, viários ou de exploração mineral, madeireira e agropecuária. Ou então têm as suas atividades de sobrevivência ameaçadas pela definição pouco democrática e pouco participativa dos limites e das condições de uso de unidades de conservação.” (Acseirad, et. al, 2004)

A sensação era de que, sem perceber a contaminação, anunciava os últimos capítulos daquela história. Embora, o selo conferido ao território incitasse a condução de projetos com a promessa de recuperar o espaço, foi preciso arrefecer resistências, combinar o aparato jurídico, o desejo político e estratégias de marketing na criação de sentidos comuns,

para ao invés de recuperá-lo, fazer um novo uso, sobretudo, mais lucrativo. Tarefa executada com maestria pelas corporações e máquina institucional, com uso do greenwash e financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento, quase sócio na empreitada. Esta consideração se deve ao visitar o site da LLX/EBX um dos principais clientes do banco:

O BNDES concedeu em 23 de Junho de 2010 para a implantação do Porto Sudeste que tem custo estimado de R\$1,8 bilhão, financiado nas modalidades PSI (prazo para pagamento de 10 anos e taxa de juros fixa de 4,5% ao ano) e, na modalidade Project Finance (prazo total para pagamento de 12 anos e taxa de juros de TJLP mais 2,18% ao ano) R\$1,2 bilhões. O terminal portuário terá profundidade de 21 metros e estrutura offshore com dois berços para atracação de navios capesize. Para movimentação de 50 milhões de toneladas por ano na sua primeira fase, com possível expansão para 100 milhões de toneladas. <sup>6</sup>

A operação, endossada pelo discurso oficial, EIA e RIMA, permite proceder a expropriações, desintegrar redes humanas e negar as atividades tradicionais. Ainda, grandes áreas de mata Atlântica foram derrubadas e manguezais aterrados<sup>7</sup>, cerca de 20 hectares e 2,5 respectivamente, nossa dúvida é: isto algum dia não foi crime?

### **Acumulando conteúdos: o estoque de imagens e depoimentos.**

Após este momento, decidimos registrar as visitas ao bairro e buscar nas fontes e tradição oral pistas sobre o recanto na baía de Sepetiba. Por pressupor o desaparecimento dos *frames* e após ser marcada com o “X” que a Ilha da Madeira virasse “carvão”. O acervo com mais de 20 horas filmadas, 5 horas de áudio e centenas de fotografias poderia ser útil a pesquisa e estudos futuros, mas não estávamos satisfeitos. Então, decidimos encaminhar à coordenação do projeto, a proposta de montar um documentário, prontamente aceita.

Ainda faltava a opinião dos principais interessados, os madeiranos. Apresentamos a sugestão aproximada a ideia de “rizoma” cunhada na obra de Deleuze e Guattari “Mil Platôs”, e eles responderam positivamente. Intuímos no exercício a reunião de aspectos pitorescos e alegóricos, para alinhavar a ciência ao campo das artes e

---

<sup>6</sup> Disponível em:

[http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=1169&lng=br&sid=14&tpl=view\\_ultimas\\_noticias](http://www.llx.com.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infol=1169&lng=br&sid=14&tpl=view_ultimas_noticias). [Consult. 05 setembro 2011].

<sup>7</sup> Amparado pelas leis 11.428 de 22 de Dezembro de 2006 e 4.771 de 15 de setembro de 1965. Ainda pelo artigo 225 da Constituição Federal de 1988.

proceder ao resgate da memória local. Princípios defendidos na ampliação da análise, no exame e na produção de fontes como defende Ana Clara Torres Ribeiro, Fânia Fridman, José Augusto Pádua e Manuel Luiz Salgado Guimarães, que por seus ensinamentos compõe a justificativa abaixo:

Por ser a arte uma representação sensível da vida, um discurso sobre o mundo, ou uma representação com sensibilidade, expressa na forma de pintura, poesia, música, arquitetura, filme e fotografias, converte-se em transporte do abstrato, enquanto desloca idéias e inscreve-se no campo da circulação. Concluimos ser o desejo de tornar material o subjetivo, um novo imaterial que funde percepções, amalgama na forma da criatividade e da sensibilidade composta por leituras, com objetivo de articular a pesquisa científica ao objeto artístico. A arte reposiciona o olhar sobre o mundo, percebe ações, gestos, formas e apropriações. Não possui a tarefa de modificar é apenas um instrumento de projeção, mas permite pensar a mediação entre instancias e indivíduos, espaço e ação, relacionar simbolismos e materiais, dimensionar nós e o mundo na composição das tramas. (crivo nosso)

Por reconhecer na opacidade e invisibilidade da Ilha as razões pelas quais as decisões sobre o território são impostas verticalmente, o objetivo de expor o caso neste formato se deu para convidar o olhar da sociedade, ou tão somente, dar conhecimento do processo. Para realizar o trabalho convidamos os madeiranos a posicionar as lentes. Observamos que eles deveriam contar as suas histórias. Ao posicionar somente o nosso olhar, não refletiríamos os ecos madeiranos. Ao transferir para esta forma a tarefa de descrever teias e nós, que compõe malhas e concebem as complexas redes sociais da Ilha, acreditamos refletir as compreensões e interpretações daquele determinado espaço de experiência, com a atenção voltada para a criação de tantos horizontes de expectativa. A partir da vida, tornar público um particular e, construir uma relação muito mais íntima com a arte, que revela um estar no mundo, em um sentido mais amplo.

### **O que é documentário?**

Por definição documentário é um gênero cinematográfico caracterizado pelo compromisso com a exploração da realidade, no entanto, o conceito não implica apresentar a realidade. Somente sintetiza subjetividades da realidade, que é permeada por olhares e

sentimentos, povoada por “não ditos”, exprimindo a opção por uma verdade, assim como na História não é única. Mesmo que a formulação atinja um alvo, confira reconhecimento e legitimidade e estabeleça o estatuto de verdade, a “lei”, será verdade por um determinado tempo, enquanto o paradigma não for destruído.

Lembramos uma das aulas do saudoso professor Manoel Salgado, ao problematizar reflexões de Jacques Le Goff, na busca explicativa para os sentidos da história, proferiu: “... a história é maior e, menor que a própria história, é uma representação de olhares e perspectivas...”. Não temos a pretensão que este ensaio se reverta a um exercício metodológico, muito menos, mergulhar em regimes de historicidade a luz de François Hartog, Michel Certeau ou Marc Bloch, tampouco investigar a arqueologia da disciplina, pretendemos apenas ilustrar: a história tem no cerne versões, produzidas por sentidos, reflete escolhas, obedece ao tempo e influências de um determinado modo de vida. Diferentemente da *Historia Magistra Vitae* de Cícero, nossa preocupação não é alvitrar um postulado, apenas refletir sobre o trabalho, um ensaio fílmico que busca ser “fiel” aos olhares da comunidade, “comprometido” com a natureza da pesquisa, cuja expectativa é reconhecer e construir uma leitura. Apontar conseqüências da submissão a práticas de gestão que imputa a degradação e reduz expectativas no território.

Abandonando as reflexões sobre a operação da história, passamos a ciência moderna, problema denunciado por Edmund Husserl nos inícios do século XX, que declarou ser indispensável refundá-la, para dar espaço a uma psicologia capaz de entrar no mundo-da-vida, no reino das evidências originárias, hábil a encontrar o critério de exatidão, verdade e realidade, além de todas as opiniões e tradições, entrando no “se fazer” das coisas segundo as leis do universo. Liberando de pressupostas crenças comuns e das ciências, como dos conteúdos filosóficos doutrinários, para alcançar a unidade de consciência (subjetividade), na dimensão da experiência evidente.

Durante o processo da produção, a vontade era produzir um registro estéril, sem objetivar usos e trocas. O procedimento indicou um problema, não permitia realizar o trabalho revestido da imparcialidade, por estarmos envolvidos com território, causa e pessoas, assim o distanciamento necessário a uma investigação “científica”, ficou comprometido. Contudo, ao eleger, invariavelmente procedemos a escolhas, expressamos motivações construídas historicamente e/ou por ideologias e estratégias, mobilizamos instâncias culturais e tradicionais, desta forma, o caráter científico talvez possa ser salvo, quanto mais pelos relativismos próprios das ciências sociais.

Identificamos um discurso condicionado pelas percepções e compreensões, com elementos que em nossa opinião, guardado certo grau de relativismo, também contempla a ciência dura, pelo menos em sua gênese, pois mesmo ela se erige de motivações. O distanciamento do objeto e do investigador mediado por sentimentos e emoções, induz ao entrave e questiona: como produzir sem absorver e ser absorvido? Assumimos esta perspectiva e a premissa Nietzscheana de que não há fatos eternos, assim como não há verdades absolutas, sendo assim nosso trabalho se define como uma versão entre tantas possíveis, que expressa “verdades” sobre um fato.

Quanto à perspectiva de reunir ciência e arte, não é novidade, a proximidade é histórica, por exemplo, em Leonardo da Vinci (1452-1519), a ciência e a arte completavam-se constituindo a atividade intelectual. Seja na literatura, no cinema, na música e demais representações, as técnicas e equipamentos desenvolvidos induzem a reconhecer influências recíprocas, reforça o aspecto de complementaridade, tanto da arte na ciência, quanto, do homem na natureza, ou vice-versa, como afirma Simon Schama:

“Pois conquanto estejamos habituados a situar a natureza e a percepção humana em dois campos distintos, na verdade elas são inseparáveis. Antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembrança quanto de estratos de rocha”.

(Schama, 1996)

Território de Sacrifício ao Deus do Capital – O caso da Ilha da Madeira, narra a trajetória da comunidade que desde a década de 60 vive em meio a disputas econômicas e políticas. A produção orientou a exposição da própria população, ela participa na elaboração do roteiro, criação do argumento, são atores e, inclusive definem os cortes. Com a pretensa finalidade de auxiliar na visibilidade do problema e fornecer uma chave de leitura vinculada a ações em defesa da preservação do espaço, que pode figurar como ferramenta para atrair a atenção e articular a mobilização nas suas reivindicações.

Dividido em três blocos, o primeiro, resgata nos depoimentos de antigos moradores a memória coletiva e a ocupação da Ilha. Recorda a região, exalta os valores culturais e identitárias, com destaque para a relação entre moradores e natureza, sobretudo, a importância que o ambiente desempenha nas atividades de pesca e turismo. O segundo tem como eixo central o processo de transformação. Pauta as modificações impostas pela instalação e operação predatória da Mercantil Ingá, que implicou na atual configuração e no

passivo herdado. Nesta parte os custos ecológicos e a saúde da população, tomam conta do argumento. Aborda dinâmicas que resultaram no comprometimento ambiental, e em certa medida, agravaram o quadro de desestruturação da economia tradicional, levando antigos operários a buscar, através de instrumentos legais, a reparação pelos danos causados.

O ultimo quadro, projeta as expectativas da população ante aos empreendimentos, que loteia o espaço para atender demandas estratégico-econômicas, financiados, promovidos e avalizados pelo projeto político. Com destaque para a LLX, responsável por rotinas de explosões, que causa riscos e fomenta o medo, devido ao impacto nas estruturas e projeteis (pedras e estilhaços) lançados nas casas. Segundo os moradores a maior já presenciada, promoveu uma chuva de pedras, algumas de até 80 Kg. E levou a uma manifestação reprimida com o uso da força por policiais militares do Estado do Rio de Janeiro.

## **Conclusão**

Segundo os depoimentos, o conjunto da obra de exploração mecanizada iniciada no bairro ainda no século XX forjou a expropriação da população na localidade conhecida como Vila do Engenho; perturbou a ordem publica; contaminou; deslocou as características naturais da região; devastou a mata atlântica; comprometeu o manguezal (berçário de víveres - peixes, moluscos, crustáceos e aves), trouxe prejuízos às bases produtivas em toda a Baía de Sepetiba e, parece se remontar no século XXI. Todavia, a nova aquarela, ensaia delineamentos mais preocupantes, com a percepção do amplificado potencial na desmontagem dos traços e promoção de perdas significativas ao território. Os antigos e os novos empreendimentos são responsáveis pela produção de terrores psicológicos. Enquanto matam a mata, promovem pregões e pressionam os moradores a vender seus imóveis. As denúncias são encaminhadas aos órgãos competentes, porém, sem a crença de que medidas objetivas sejam tomadas pelo modelo que precifica, e de que os responsáveis pelos abusos sejam de fato punidos.

O registro ressentido das falas oficiais, institucionais e técnicas, todavia, foi feito para expressar a visão dos moradores, portanto, o formato e seu desenvolvimento privilegiaram suas percepções quanto ao problema. O espaço vive sob o clima de incertezas e o repertório anuído inclui a pressão de agentes exógenos na apropriação do território, com vistas à utilização na obtenção de lucros financeiros desconsidera o ônus social e ambiental.

Contrariando a lógica da precificação os moradores proclamam: a Ilha da Madeira não tem preço! E ainda tentam fazer ressoar ecos, abafados pelo predomínio de

interesses revestidos na moldura do discurso hegemônico e da retórica do compromisso social, a partir de promessas e compensações. Gostaríamos que este discurso superasse o estagio de “discurso” e mostrasse compromisso com a sociedade, com a participação popular e com a transparência, fundidos com elementos da Justiça Ambiental e Social, porém parece ser impossível alimentar tal esperança.

O que podemos afirmar é: o resultado do processo, somente será conhecido nos próximos anos. A Ilha da Madeira, metaforicamente esta em erupção, ao nosso entendimento é um Fausto sem epílogo, portanto, nos atemos a conjecturas.

Estivemos com alguns moradores no dia 08/04/2011, durante a II Oficina Local de Arquitetura da Paisagem, organizada pelo Programa de Pós-Graduação em Arquitetura/FAU-UFRJ, informaram que as residências próximas a USIMINAS (antiga Ingá) e LLX - aonde um dia foi a Vila do Engenho (desapropriada para construção da Ingá Mercantil), um dos núcleos residenciais da Ilha- foram compradas e derrubadas. Das cerca de 300 habitações apenas uma dezena de famílias resistem à sedução do dinheiro e, outras pressões impostas pelos mandatários do poder. Tal fato gerou o seguinte comentário de Rosane e Laura, ambas adolescentes moradoras da Ilha, que participavam da oficina: “... é muito triste, a gente passa por onde antes as pessoas moravam e existia vida, agora só tem escombros, parece uma cidade fantasma...”

O posto de saúde municipal próximo ao esmaecido núcleo, estava em fase de transferência para o prédio de uma das escolas da Praia de Fora, espaço que ainda concentra residências e as atividades laborais e sociais. A Escola Municipalizada Hildebrando Bayard Melo na “Vila do Engenho” foi fechada pela LLX, aos pais e alunos a empresa sugeriu a matrícula na Escola Pica Pau no centro de Itaguaí, com seu custeio. Sem alunos, cerca de 30 profissionais ficam sem saber o seu destino<sup>8</sup>.

As explosões por dinamite afetaram nascentes como no terreno da família da Sra. Georgina e Antonia Souza, sua fonte de abastecimento de água potável. Durante o desfile cívico de Sete de Setembro de 2010, cerca de cem moradores se dirigiram ao prefeito, Carlo Busatto Junior (Charlinho), pedindo intercessão a favor da população, ele rebateu dizendo que a Ilha da Madeira não lhe pertencia, que não era um problema seu, e, inclusive poderia ser preso caso manifestasse alguma resistência. Ainda proferiu que os empreendimentos gerariam cerca de 5.000 empregos: e, quantos pescadores existem na Ilha, 300? .

---

<sup>8</sup> Disponível em: <http://www.politicaeitaguai.com.br/2011/04/llx-decreta-o-fim-de-escola-municipal.html>. [Consult. 08 maio 2011].

Segundo relatos o cenário era de devastação, o maquinário pesado produz lama, poeira e muito ruído. Micos, pacas, esquilos, gambás, tatus e cobras com frequência visitam as casas, ao que tudo indica na busca por alimentos e refugio. O bairro recebeu o contingente de trabalhadores das empreiteiras, que trouxeram o apetite sexual e abordam mulheres casadas e solteiras, causando desconforto e desentendimentos.

Mais recentemente, dia 21/09/2012, fizemos outra visita a Ilha da Madeira e pudemos notar a operação de alguns mecanismos, assim como a constante reação dos moradores, que reclamam da redução de rendimentos nas atividades de comércio, turismo e, sobretudo da pesca. A paisagem encontrava-se tão desfigurada, que não reconhecemos o bairro. Algumas fontes secaram. Sirenes, poeira, ruídos de obras, explosões e transito de veículos pesados, definitivamente se incorporaram ao cotidiano, algumas construções mostram o sinal dos impactos e expõe rachaduras. A incerteza impede que moradores executem obras de melhorias nas suas casas. Muitos deles mostraram materiais comprados antes mesmo dos empreendimentos, estocados e empoeirados. Reclamam da chegada de “gente estranha”, começaram a haver roubos, furtos, consumo de drogas, assédio sexual e especulativo. E, a troca de acusações entre os moradores, produz novas rivalidades. O Prédio da APLIM, após a reforma com dinheiro da contrapartida, desempenha o papel de RH das empresas e recebe currículos, no entanto, a oferta de empregos não procede e a absorção da mão de obra local é muito baixa por conta da falta de qualificação dos locais.

No prédio da APLIM, o grupo “X”, promove cursos de artesanato; dança de Salão; desenho para crianças; Informática; pintura de paredes. As atividades são registradas por uma equipe de filmagem. Por isso, alguns moradores pronunciaram não mais participar das oficinas, pois quando se matriculam autorizam o uso da imagem.

O que pudemos observar pelos ecos da Ilha da Madeira, é: a presença do “CUMPRA-SE” sem a perspectiva do “FICO”. A generalizada criação das áreas de exclusão deu origem ao aparecimento da arquitetura das grades, remoção e aterramento da vegetação remanescente, fuga do pescado, também impactado pelo excesso de luzes, barulhos e aumento do despejo de materiais orgânicos (esgoto). O aumento da população flutuante, ausências e a privação, do diálogo e da transparência no processo. Também urge a participação de um mediador e de um modelo de poder publico em que se possa depositar credo.

Por ultimo, a ausência e privação de um Planejamento Urbano que possa conduzir ao desenvolvimento, em detrimento ao ancorado na Plataforma do Crescimento Econômico. “Território de sacrifício ao Deus do capital”, é somente um instrumento, com o

desejo de mostrar de dentro para fora a Ilha da Madeira, uma paisagem historicamente sacrificada pela imposição de ações e práticas insustentáveis, motivadas pela demagogia e pelo caráter repugnante perpetuado em nosso país, seja em pleno exercício da “Democracia”, ou sobre o crivo de Ditaduras, ambas esqueceram o Social e a Ordem, em nome do Desenvolvimento e de um Progresso excludente.

Haveria outras considerações, contudo, durante o tempo de trabalho na Ilha da Madeira pensávamos falar da vida, depois de ver tanta destruição, experiências e expectativas, percebemos que falávamos de liberdade, do poder escolher como se prefere viver e esperar a morte chegar. Tomando por empréstimo um comentário do filósofo Mário Sérgio Cortella, ponderamos: Será que o sofrimento produzido para chegar a algum lugar compensa o lugar aonde se quer chegar?

### **Referências**

ACSELRAD, Henri; Pádua, José Augusto; HERCULANO, Selene. 2004. *Justiça Ambiental e Cidadania*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará.

BOURDIEU, Pierre. 1997. *Efeitos do lugar*. In: BOURDIEU, P. (Org.) *A Miséria do Mundo*. Petropolis: Vozes, p.150-166.

DELEUZE, G. e GUATTARI, F. 1995. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Ed.34, Vol 2.

FEBVRE, Lucien. 2009. *O Problema da Incredulidade no Século XVI: a religião de Rabelais*. São Paulo: Cia das Letras.

JONAS, Hans. 2006. *O Princípio Responsabilidade: Ensaio de uma Ética para a civilização tecnológica*. Rio de Janeiro: Contraponto / PUC-RIO.

KOSELLECK, Reinhart. 2006. *Futuro Passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Tradução Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto, Ed. PUC-Rio.

LEFEBVRE, H. 1986. *La Production de l'Espace*. Paris: Anthropos.

LE GOFF, Jacques. 2003. *História e Memória*. Tradução Bernardo Leitão... [et al]. Campinas: Editora da UNICAMP.

MARX, Karl. 1987. *O Capital: Crítica da Economia Política - Livro 1*. São Paulo: Difel.

NIETZSCHE, W. F. 1998. *Genealogia da moral: uma Polêmica*. Trad. Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras.

RAMOS, Fernão Pessoa. 2008. *Mas afinal... o que é mesmo documentário?* São Paulo: Senac/SP.

SANTOS, Milton. 1997. *Metamorfoses do espaço habitado*. 5ª ed. São Paulo: HUCITEC (Geografia: Teoria e Realidade, 16 – Série “Linha de Frente”).

\_\_\_\_\_. 2000. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Record.

\_\_\_\_\_. 2001. *Território e sociedade*. 2ª Ed. 1ª Reimpressão. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

SCHAMA, Simon. 1996. *Paisagem e Memória*. São Paulo: Cia. das Letras.

SEABRA, Odette; CARVALHO, Mônica de; LEITE, José Corrêa. 2000. *Território e sociedade – entrevista com Milton Santos*. 2. ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

WHYTE, William Foote. 2005. *Sociedade de esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada*. Tradução de Maria Lucia de Oliveira. Rio de Janeiro, Jorge Zahar.